



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ANNE KAROLINE TELES FERNANDES

**“MARCHA INDÍGENA 2000”:
ensino de História com documentos e narrativas indígenas sobre os 500
anos de “descobrimento” do Brasil**

BRASÍLIA/DF

2023

ANNE KAROLINE TELES FERNANDES

**“MARCHA INDÍGENA 2000”:
ensino de História com documentos e narrativas indígenas sobre os 500
anos de “descobrimento” do Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dr^a Susane Rodrigues de Oliveira

BRASÍLIA/DF

2023

**“MARCHA INDÍGENA 2000”:
ensino de História com documentos e narrativas indígenas sobre os 500
anos de “descobrimento” do Brasil**

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise das aprendizagens em história de estudantes de uma turma de 7º ano do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo de São Sebastião (Distrito Federal), obtidas numa Oficina de ensino de História Indígena voltada para a confecção de cartazes de protestos relacionados ao movimento intitulado “Marcha Indígena 2000”. Trata-se de um movimento que, em abril do ano 2000, reuniu povos indígenas de diversas etnias em oposição às comemorações oficiais dos chamados 500 anos do “descobrimento” do Brasil. Na aplicação dessa Oficina buscamos também investigar as potencialidades e limites da pedagogia decolonial e da empatia histórica em sala de aula, a partir da leitura de fontes documentais e narrativas de autoria indígena em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de história; história indígena; Marcha Indígena 2000; empatia histórica.

INTRODUÇÃO

Apesar da existência da Lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígenas na educação básica, a sua abordagem em sala de aula ainda é um desafio para muitos professores de História nas escolas brasileiras. Segundo Sandor Fernando Bringmann e Marjorie Edyanez dos Santos Gottert desde o início do século XIX, quando nasce a História como uma disciplina escolar no Brasil, a abordagem dos povos indígenas no ensino de História esteve condicionada a uma narrativa ufanista da colonização europeia,

(...) posta a serviço do que as elites da época pretendem como o projeto para a nação, e de como o campo da história vai sendo explorado de forma a construir e cristalizar uma única história nacional, na qual embora se atravessem as narrativas dos europeus que

vêm para o Brasil e dos indígenas que já estão aqui, os últimos são inferiorizados e invisibilizados frente aos primeiros (2021, p. 60).

Desde então, segundo Bringmann e Gottert, operou-se um processo de apagamento, estigmatização e exclusão das formas indígenas de ver, sentir, experimentar e narrar o passado. Até as primeiras décadas do século XX, os indígenas ainda eram tratados de maneira genérica, mas também como povos selvagens e atrasados, enquanto os europeus eram tratados como “civilizados” (BITTENCOURT, 2013). Só em 1998 é que começam a ser introduzidas algumas mudanças, quando os livros didáticos, de autoria de Adhemar Marques, Flavio Berutti e Ricardo Faria, muito utilizados pelos professores, vão inserir, pela primeira vez, as falas indígenas, destacando as diferenças culturais desses povos, começando a assumir que os indígenas possuem história (BRINGMANN e GOTTERT, 2021, p. 62-63). Estas mudanças de perspectiva se relacionam, sobretudo, com as intensas mobilizações indígenas, desde o final dos anos 1970, a favor de seus direitos, mas também com o movimento de intelectuais e pesquisadores interessados na temática indígena que surge na década 1970 e vai proporcionar, especialmente, no final dos anos 1980, o desenvolvimento da chamada nova história indígena (BRINGMANN e GOTTERT, 2021, p. 63).

As críticas aos conhecimentos consolidados sobre os povos indígenas e a abertura para novas abordagens da história indígena em sala de aula têm como marcos o fim da Ditadura Civil Militar brasileira, a promulgação da atual Constituição Federal em 1988, o surgimento da Nova História Indígena e a Lei nº 11.645 sancionada em 2008 (BRINGMANN e GOTTERT, 2021, p. 59).

Desde o século XIX, alguns historiadores, antropólogos e cientistas sociais vêm se esforçando numa reconstrução da história dos povos indígenas através da perspectiva desses povos (CARIE e LIMA, 2018, p. 775). No entanto, apesar das renovações historiográficas, operadas especialmente na segunda metade do século XX, bem como da Lei 11.645/08, o ensino de história indígena ainda permanece com poucas mudanças em termos de conteúdo, métodos e fontes (OLIVEIRA, 2021; OLIVEIRA, 2015). A partir do século XX, a produção historiográfica e educacional passou a ser repensada, colocando a necessidade de inclusão de grupos sociais até então excluídos da história. Porém, é a partir da década de 1990 que observamos mudanças significativas com a

nova história indígena, impulsionada pela contribuição do olhar antropológico e das pesquisas em torno dos direitos indígenas. As grandes mobilizações indígenas tiveram impactos importantes na revisão crítica das imagens homogeneizadas e estereotipadas acerca dos mesmos, produzidas na historiografia acadêmica e escolar. Dessa forma, entende-se que a necessária revisão historiográfica foi fruto, também, dos esforços e pressões dos movimentos políticos dos próprios povos indígenas. Ou seja, estes foram os grandes protagonistas do surgimento e implementação da nova história indígena. Agora, o desafio é o de que a nova história indígena seja incorporada aos saberes e práticas docentes no tratamento ensino de história nas escolas brasileiras (OLIVEIRA, 2021, p. 47-52).

De acordo com Casé Angatu, a conquista da Lei 11.645 em 2008, que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena na educação básica, faz parte da luta indígena por reconhecimento étnico, alteridade e direito ancestral à terra (SANTOS, 2016, p. 186). Foi uma conquista valiosa não apenas no sentido de ensinar a história indígena apenas por ensinar, mas porque sua aplicação ensejaria o reconhecimento étnico, além do reconhecimento e respeito às culturas indígenas pelos não índios, difundindo também o direito ancestral à terra pelos povos originários. Para o autor, essa foi uma estratégia encontrada pelos indígenas para garantir sua existência física e sociocultural, assim como sua memória e história (SANTOS, 2016, p. 188).

Desde a implementação da Lei 11.645/2008, muito tem se discutido sobre a necessidade de abordagens mais sintonizadas com as demandas dos povos indígenas no Brasil, com ênfase na diversidade étnico-cultural indígena, mas também em suas lutas, diálogos e resistências ao longo do tempo. A história indígena ensinada nas escolas ainda é pautada por um discurso majoritariamente eurocêntrico e generalista que enfatiza apenas o processo histórico colonial de dominação, exploração e opressão dos indígenas, difundindo a ideia de que estes povos desapareceram ou foram extintos através do extermínio ou da “aculturação”.

Casé Angatu (SANTO, 2016, p. 197) aponta alguns motivos que dificultam o ensino de história indígena na educação básica. Para o autor, a falta de disciplinas obrigatórias sobre essa temática no ensino superior é um dos maiores problemas, tendo em vista que gera impacto na formação e capacitação dos professores para a abordagem

da história indígena na escola, uma vez que estes saem da universidade com pouco ou nenhum domínio acerca da temática indígena. É preciso enfrentar os desconpassos entre ensino, produção de conhecimento e saberes indígenas (SANTOS, 2016, p. 203). Sobre isso, Bringmann e Gottert percebem

(...) que o teor que se consolida nos currículos escolares oficiais no Brasil está permeado por narrativas dominantes, que vão imprimir aos conteúdos ensinados nas escolas os seus significados e sentidos, onde, por muito tempo, as contranarrativas não tiveram qualquer espaço. Dessa forma, a história que se narra e a história que é omitida ou silenciada tem um peso imenso sobre as possibilidades do processo de ensino-aprendizagem e podem contribuir tanto para o seu sucesso como para o seu fracasso (2021, p. 66).

Para esses mesmos autores, é importante frisar que a apresentação de um indígena genérico, cristalizado, especialmente, no cenário de “Descoberta” do Brasil, nas aulas de história da educação básica, não é algo que resulta da desinformação ou do desconhecimento acerca da história, dos saberes e das vivências indígenas. Ao contrário, o conteúdo referente à temática indígena presente nos currículos escolares é um projeto constituído com finalidade de dominar e silenciar os povos originários, retirando-lhes a capacidade de atuar como agentes históricos (BRINGMANN & GOTTERT, 2021, p. 67).

Segundo Carie e Lima na análise de coleções de livros didáticos aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2017, as histórias indígenas presentes nestas coleções não têm acompanhado o ritmo da legislação vigente acerca da temática, nem das pesquisas em história indígena, nem da produção bibliográfica de autoria indígena (2018, p. 778). Isto é grave, tendo em vista tantos avanços na área. É necessário mudar essa realidade e acompanhar os avanços que estão sendo feitos. Uma alternativa para o rompimento da visão eurocêntrica sobre os indígenas na história está na inclusão de livros de autoria indígena em sala de aula, apesar das dificuldades reais de acesso a esses materiais (CARIE & LIMA, 2018, p. 778).

A falta de materiais didáticos e de formação docente inicial para o tratamento adequado na história indígena em sala de aula (OLIVEIRA, 2015), colabora também na perpetuação desse discurso em sala de aula, apagando não só a presença e protagonismo

indígena na história, mas as memórias dos próprios povos indígenas sobre este processo. Embora alguns professores de História tenham feito esforços significativos, nas duas últimas décadas, na inclusão dos indígenas em seus planos de aula de História, alguns relatos e estudos revelam que a maior parte dessa inclusão permanece sem rompimento definitivo com a perspectiva eurocêntrica ou colonialista da história, já que as memórias e histórias indígenas ainda são negligenciadas como fontes para o ensino de história, o que colabora na promoção de uma cultura histórica que diminui e apaga o próprio ponto de vista dos indígenas sobre o passado (OLIVEIRA, 2021, p. 223).

Entendemos, então, que se faz necessário renovar os saberes e práticas de ensino de história na inclusão da temática indígena. Para isso é fundamental incluir documentos e narrativas de autoria indígena que foram excluídas dos livros didáticos, de modo que os povos originários possam ser reconhecidos por textos que tragam suas próprias visões, memórias e perspectivas históricas sobre temas e questões que envolvem os indígenas no Brasil, tendo em vista as suas demandas por promoção do respeito e reconhecimento à diversidade dos povos indígenas nos currículos escolares.

Dessa forma, com o objetivo de aprimorar as práticas de ensino de história indígena, bem como de colaborar na formação de professores-pesquisadores de História para a implementação da Lei 11.645/2008, desenvolvemos coletivamente no Laboratório de Ensino de História da Universidade de Brasília, na disciplina de Prática de Ensino de História 2, sob a orientação da professora Susane Rodrigues de Oliveira, no primeiro semestre de 2022, uma oficina pedagógica de História Indígena para aplicação em turmas de 7º ano do Ensino Fundamental em escolas públicas do Distrito Federal. Trata-se de uma Oficina inspirada também nas propostas de uma educação e pedagogia decolonial, pensada para o ensino de História a partir da introdução de documentos e narrativas de autoria indígena em sala de aula.

Para Luiz Fernandes de Oliveira (2016), decolonizar na educação significa construir outras pedagogias além daquela hegemônica, a partir das demandas e saberes dos sujeitos subalternizados pela colonialidade, como é o caso dos povos indígenas no Brasil. Pedagogia decolonial é, então, uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva, que busca criar e construir novas condições sociais, culturais, políticas e de pensamento, em vez de ser apenas denunciativa (OLIVEIRA & CANDAU, 2010, p.

28). Catherine Walsh, Luiz Oliveira e Vera Candau explicam que a pedagogia decolonial:

(...) se opera além dos sistemas educativos (escolas e universidades), ela convoca os conhecimentos subordinados pela colonialidade do poder e do saber, dialoga com as experiências críticas e políticas que se conectam com as ações transformadoras dos movimentos sociais, é enraizada nas lutas e práxis de povos colonizados e, é pensada com e a partir das condições dos colonizados pela modernidade ocidental. Assim, o pedagógico e o decolonial se constituem enquanto projeto político a serem construídos nas escolas, nas universidades, nos movimentos sociais, nas comunidades negras e indígenas, nas ruas etc. (2018, p. 05).

Nossa proposta de Oficina de história indígena foi inspirada na pedagogia decolonial, mas também em metodologias ativas que envolvem tarefas de leitura de textos e exercícios de empatia histórica (LEE, 2003). O uso da empatia histórica serve para que os estudantes possam compreender quais motivos levaram as pessoas a agirem de certa forma no passado e o que pensavam sobre a forma como agiram. Caso contrário, nesse trabalho de empatia histórica, o passado pode se tornar uma espécie de casa de gente desconhecida a fazerem coisas ininteligíveis (LEE, 2003, p. 19). Então, não basta que os estudantes saibam que os agentes ou grupos históricos tinham uma determinada perspectiva acerca do seu mundo, é necessário que sejam também capazes de perceber como essas perspectivas afetaram ou orientaram determinadas ações em circunstâncias específicas (LEE, 2003, p. 20). Dessa forma, a empatia histórica acontece quando sabemos o que o agente histórico pensou, quais os seus objetivos, como entenderam aquela situação e como conectamos tudo isso ao modo como eles agiram (LEE, 2003, p. 21).

Nessa perspectiva, a empatia histórica pode tornar o processo de ensino-aprendizagem mais estimulante e participativo para os estudantes, ao passo que exige atenção, reflexão e criatividade/imaginário da parte deles. Assim, fizemos uso da empatia histórica na Oficina a fim de analisar também suas potencialidades e limites no ensino de História.

A Oficina foi planejada para aplicação em turmas do 7º ano de duas escolas (parceiras) de Ensino Fundamental do Distrito Federal: o Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia Norte e o Centro de Ensino Fundamental (CEF)

Cerâmica São Paulo de São Sebastião. Nesse artigo analisamos apenas as aprendizagens obtidas na Oficina que aplicamos em uma turma do CEF Cerâmica São Paulo. Trata-se de uma escola, aparentemente, muito organizada: as salas de aula são grandes e arejadas, há bastante espaço livre, a cantina funciona normalmente, a água é filtrada e gelada. Enfim, tivemos uma ótima primeira impressão desse espaço escolar. A turma em que aplicamos a Oficina era composta por aproximadamente 25 alunos. Nossa equipe foi muito bem recebida por eles em sala de aula, bem como pela professora Bárbara de Almeida Carvalho¹, professora de História da escola, que nos cedeu esse espaço e horário, cujo apoio foi fundamental e tornou possível a aplicação da Oficina. Nosso agradecimento especial à professora Bárbara. Inicialmente, estes alunos demonstraram bastante interesse e empolgação em participar da atividade que estávamos propondo. Essa equipe era composta por mim e mais dois colegas de curso, Lucca Henri Pereira dos Reis Veloso e Tailane Fonseca Santos. Durante a aplicação da Oficina contamos também com a presença e auxílio da professora/orientadora Susane Rodrigues de Oliveira, cujo apoio e instrução foram fundamentais durante todo o processo. Dito isso, a aplicação da Oficina correu muito bem e o processo foi prazeroso, apesar do pouco tempo que estivemos em sala de aula, já que a Oficina foi programada para apenas 3 horas/aulas de 50 minutos cada.

A Oficina teve como tema a “Marcha Indígena 2000”, um movimento indígena também conhecido como “Brasil: outros 500”, criado para questionar a interpretação da ideia de “descobrimento” do Brasil propagada nas comemorações oficiais de 500 anos de Brasil, no ano de 2000. Esta temática foi pensada com o objetivo de colaborar na implementação da Lei 11.645/08 junto aos conteúdos elencados pela BNCC de História para o 7º ano do Ensino Fundamental, priorizando a educação das relações étnico-raciais e a formação do pensamento histórico através de atividades de leitura e interpretação de fontes documentais e narrativas históricas de autoria indígena em sala de aula. Embora o documento da BNCC de História mencione bem pouco os indígenas, encontramos a possibilidade de inserção da temática de nossa Oficina na Unidade Temática “A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano” que

¹ A professora Bárbara de Almeida Carvalho é mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília e desenvolve pesquisa sobre o ensino da História das Mulheres. Agradecemos por todo o apoio e contribuição da professora Bárbara na aplicação da nossa Oficina.

tem por Objetos de Conhecimentos: “A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação” e as “resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa” (BRASIL, 2018, p. 422). Tais Objetos implicam no desenvolvimento da habilidade EF07HI09 de “analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência” (BRASIL, 2018, p. 423).

A nossa proposta de Oficina buscou ainda desenvolver algumas competências específicas de História, listadas na BNCC para o Ensino Fundamental, dentre elas a de “Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2018, p. 402).

Com isso, pensamos numa Oficina que proporcionasse uma aprendizagem ativa, dialógica e cooperativa por meio da leitura de documentos e narrativas indígenas, mas também por meio da produção de conhecimentos em sala de aula, num exercício de empatia história onde os/as estudantes puderam mobilizar memórias e histórias indígenas na produção de cartazes de protestos. Além de estimular o protagonismo dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, a Tarefa proposta pelo material didático permitiu aos estudantes assumir a posição de protagonistas do processo de aprendizagem da história indígena.

Importante dizer que antes da aplicação da Oficina tivemos todo um preparo por meio de leituras e debates no Laboratório de Ensino de História da UnB, ao longo do primeiro semestre de 2022. Durante a preparação, discutimos alguns textos que foram basilares para a nossa abordagem da história indígena em sala de aula. Essa etapa no Laboratório nos mostrou o quanto o planejamento didático e o estudo historiográfico dos temas que foram tratados em sala de aula são fundamentais para as nossas explanações orais e debates em sala de aula. Discutimos autores como Edson Silva, José Ribamar Bessa Freire, Casé Angatu, Steve Stern, Célia Collet, Mariana Paladino, Kelly Russo, Rafael Xucuru Kariri, Suzane Lima Costa, Sandor Fernando Bringmann, Marjorie Gottert, dentre outros. A dissertação de mestrado em história de Lucas da Mota (2018), intitulada “Marchas e manifestos contra a colonialidade da história:

movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000)” nos forneceu a compreensão do contexto histórico em que a “Marcha indígena 2000” foi realizada, bem como o acesso à foto cópia de alguns documentos e narrativas indígenas relacionadas a esse movimento. Com essas leituras nos sentimos mais seguros e preparados, para encarar com tranquilidade e confiança a nossa primeira experiência como docentes em sala de aula.

Este artigo está organizado em três partes: na primeira apresentamos o material didático produzido coletivamente e exclusivamente para aplicação nessa Oficina; na segunda relatamos o momento de aplicação da Oficina em sala de aula; já na terceira e última parte, analisamos as aprendizagens em História demonstradas nos cartazes de protesto para a “Marcha Indígena 2000”, confeccionados pelos alunos que participaram da Oficina.

Construção do material didático

Ao longo do planejamento da Oficina, preparamos coletivamente um material didático que pudesse ser utilizado pelos estudantes. Esse material didático foi inspirado na metodologia *WebQuest*, contendo uma tarefa desafiadora e que devia despertar nos estudantes o interesse em solucioná-la, utilizando-se, para isso, de recursos disponíveis na Web, como: livros, artigos, vídeos, sites e documentos de informação². Porém, o nosso material didático (contendo fontes digitais disponíveis na web), ao invés de ser acessado na internet, foi todo impresso e distribuído aos estudantes participantes da Oficina, isso porque não conseguimos acesso à sala de informática, onde os alunos teriam acesso a computadores conectados à internet.

² A metodologia *WebQuest* tenta “Evitar a “surfagem”, ou seja, quando os estudantes navegam pela internet sem critérios muito claros de seleção e uso das informações, é uma das principais contribuições desta metodologia, composta, em seu formato clássico, de cinco elementos: (1) a introdução, etapa em que o estudante identifica o conteúdo a ser trabalhado; (2) a tarefa, em que ele toma conhecimento do tipo de produção (teatro, vídeo, poema, paródia, etc.) a ser desenvolvida e o personagem a ser interpretado; (3) o processo, durante o qual são apresentados os dados necessários para executar a tarefa (podem ser links de vídeos, sites da internet, documentos históricos digitalizados, mapas, tabelas, fotos, etc.); (4) a avaliação, que apresenta os critérios de análise de desempenho a serem aplicados ao produto requerido pela atividade; e (5) a conclusão, que estimula a continuidade do aprendizado sobre a temática tratada na *WebQuest* (DODGE, 1996, p. 1-2). Nesta é possível apresentar sugestões de materiais complementares” (NASCIMENTO; HAHN, 2020, p. 234-235).

As tarefas propostas no site do Projeto “Detetives do Passado”³, desenvolvidas a partir da metodologia *WebQuest*, também nos inspiraram na elaboração desse material didático, tendo em vista a promoção de uma aprendizagem ativa, dialógica e cooperativa por meio de pesquisa e produção de conhecimentos em sala de aula. Desse modo, o material didático, orientador de todo o processo da Oficina, propunha um exercício onde os/as estudantes pudessem aprender a utilizar a memória e a história, ampliando a sua capacidade de explicar o mundo e de agir sobre ele. Este tipo de atividade permite ainda colocá-los/as no lugar de protagonistas do processo de ensino-aprendizagem, “aprendendo a olhar, julgar, medir e comparar, a criar hipóteses de investigação, a sustentar uma argumentação e, afinal, a criar sua própria maneira de ver as coisas” (GRINBERG & ALMEIDA, 2012, p. 323).

Esse material didático de dez páginas impressas, continha capa, Introdução, Tarefa, seis fragmentos de documentos e narrativas indígenas sobre a “Marcha Indígena 2000” e algumas orientações (ao final) sobre como redigir um cartaz de protesto. Foi impresso em folha de papel A4, no formato paisagem e em cor majoritariamente preto e branco, mas com algumas imagens coloridas também. As imagens da capa, provenientes do acervo do instituto Socioambiental, apresentavam povos indígenas reunidos na “Marcha Indígena 2000”⁴ (IMAGEM 1).

IMAGEM 1 – Capa do Material didático



MARCHA INDÍGENA 2000

³ Cf. <http://www.numemunirio.org/detetivesdopassado/main.html>

⁴ Fotos da Marcha. Fonte: Olhares e registros daquele 22 de Abril. <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/I4D00194.pdf>.

Fonte: Material didático intitulado “Marcha Indígena 2000”, produção coletiva no Laboratório de Ensino de História da UnB, 1º./2022.

Como já mencionado anteriormente, a organização de todo esse material, inclusive o trabalho coletivo de seleção de documentos e narrativas indígenas, se deu no Laboratório de Ensino de História da UnB. Ao longo do primeiro semestre de 2022, fomos orientados a fazer algumas buscas em arquivos digitais na internet com o intuito de encontrar documentos e narrativas indígenas sobre a “Marcha Indígena 2000”, mas também sobre a visão indígena acerca da chegada dos portugueses e colonização do Brasil.

A Introdução do Material didático apresentava o seguinte enunciado:

Estamos no ano de 2000 e o governo brasileiro planeja um grande evento festivo no dia 22 de abril para comemorar os “500 anos de descobrimento do Brasil”, ou seja, o “V Centenário do Descobrimento”. Essa festa irá ocorrer em Porto Seguro no litoral sul da Bahia, onde supostamente ocorreu, em 22 de abril de 1500, o descobrimento do Brasil pelos portugueses com a chegada de Pedro Álvares Cabral e suas caravelas. Mas os povos indígenas de várias etnias não estão contentes com isso e decidiram se reunir em uma manifestação de protesto e marchar em direção ao sul da Bahia para acompanhar as celebrações oficiais, questionando a interpretação do “descobrimento” do Brasil. Caravanas indígenas de várias partes do Brasil pretendem chegar aos municípios de Coroa Vermelha e Porto Seguro, para realizar uma grande conferência indígena e uma série de protestos e reivindicações perante os festejos oficiais. A ideia é a de fazer uma contra celebração chamada de “Brasil Outros 500”. Essa marcha, também conhecida como “Marcha Indígena 2000” reuniu mais de 2000 indígenas e conta com o apoio e participação de muitas organizações do movimento negro, dos sem-terra, partidos políticos, organizações não governamentais (ONG’s) e movimentos estudantis (Material didático intitulado “Marcha Indígena 2000”, produção coletiva no Laboratório de Ensino de História da UnB, 1º./2022).

Em seguida, num exercício de empatia histórica, propunha-se a seguinte Tarefa:

Nesta atividade vocês são estudantes e apoiadores da “Marcha Indígena 2000” e foram indicados pelos organizadores da marcha para produzir os cartazes que serão exibidos na passeata que seguirá de Coroa Vermelha em Santa Cruz de Cabrália para Porto Seguro, no dia 22 de abril de 2000. Este é exatamente o dia e o local marcado para as celebrações oficiais dos chamados 500 anos de descobrimento do Brasil, que contarão com a presença da mídia e de várias autoridades, entre elas o presidente Fernando Henrique Cardoso. Sua equipe tem a missão de colaborar com as manifestações dos integrantes da marcha,

chamando a atenção da sociedade, através destes cartazes, para as causas indígenas e as contestações da versão oficial do Descobrimento. Mas, para isso, é preciso que vocês se informem bem sobre o que estava acontecendo naquele momento e quais eram os objetivos da marcha e as opiniões dos próprios indígenas sobre estas comemorações. Para isso, leiam com atenção o dossiê de fontes históricas (Material didático intitulado “Marcha Indígena 2000”, produção coletiva no Laboratório de Ensino de História da UnB, 1º./2022).

IMAGEM 2 – MATERIAL DIDÁTICO

Planejamentos do governo para as comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil

Para celebrar a data histórica dos 500 anos da chegada dos portugueses, o governo brasileiro fomentou uma série de iniciativas culturais em todos os estados. Por exemplo, a 'Mostra do Redescobrimento: Brasil + 500'. Foi uma megaexposição que ocupou a Pinacoteca e os edifícios do Ibirapuera como a Oca e o pavilhão da Bienal. Representantes das aldeias Xavante e Mehinaku participaram da cerimônia de abertura com danças e cantos tradicionais. Além disso, uma das cerimônias oficiais foi o 'Acendimento das Chamas do Conhecimento', que simbolizava as contribuições culturais dos três povos formadores do país. Ao evocar essa compreensão histórica, representantes dos indígenas, portugueses e negros foram chamados para realizarem o ato em 22 de abril de 2000.

FONTE: Dossiê 1 – Os 500 Anos do Brasil. A Comemoração Oficial. Acervo Fernando Henrique Cardoso. <https://exposicoesvirtuais.fundacaofhc.org.br/indigenas/>

Trecho do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de abertura das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil no dia 31 de dezembro de 1999.

(...) No romper do ano 2000, quando nosso país completará seus 500 anos, rendemos homenagens aos formadores de nossa civilização: brancos europeus, de fala portuguesa e fê em Cristo, índios autóctones com dezenas de falas e crenças e negros africanos, também diversificados na língua e na cultura. [...] Somos talvez a maior nação multirracial do mundo Ocidental, senão em número de habitantes, na capacidade integradora da civilização que fundamos. [...] E essa identidade dá-nos a base para a entrada no novo milênio, o da "civilização global"; nos distingue pelos valores da tolerância, permite que reflitamos, a partir dela, o quanto conseguimos caminhar nesses 500 anos. [...] Pátria da imigração, de braços abertos aos que aportam, como Cristo que nos guarda do alto do Corcovado. [...] Terra da solidariedade. É isso que pedimos como bênção nesta entrada do Milênio. [...] Paz e amor são nossos lemas [...]. Meus amigos, quando os portugueses aventuraram-se pelos oceanos na ânsia de descobrir novas terras e novas gentes deram a marca da modernidade: a descoberta do outro, o reconhecimento da variedade e da diferença [...].

Fonte: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/a-integra-do-discurso-de-fhc-na-comemoracao-dos-500-anos-241850.html>

Capas da revista Porantim. Edições dos meses de março e abril de 2000.



Fonte: Material didático intitulado “Marcha Indígena 2000”, produção coletiva no Laboratório de Ensino de História da UnB, 1º./2022.

Esse dossiê trazia, na primeira parte, fragmentos de duas fontes, uma do Jornal Folha de Londrina e outra do Acervo Fernando Henrique Cardoso, sobre as comemorações oficiais dos chamados 500 anos de “descobrimento” do Brasil que ocorreriam 22 de abril de 2000 (IMAGEM 2). Nessa parte apresenta-se a versão oficial quanto às comemorações dos 500 anos. O primeiro trecho de fonte tratava dos “Planejamentos do governo para as comemorações dos 500 anos de descobrimento do

Brasil”⁵; o segundo era um trecho do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de abertura das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil no dia 31 de dezembro de 1999⁶. Ao lado destas fontes confrontamos as imagens de duas capas do Jornal Porantim, respectivamente, das edições de março e abril do ano 2000. O Jornal Porantim é o jornal impresso do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado em 1979, ainda em meio à Ditadura Militar. O conteúdo das capas aponta para a resistência indígena na conferência daquele ano. Trata-se de fontes encontradas no arquivo digital do site Armazém Memória (<https://armazemmemoria.com.br/>). As páginas 4, 5 e 6 do material didático são ocupadas por uma Charge de 1991 da “Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena e Popular”, também encontrada digitalizada no Armazém Memória⁷. Trata-se de fonte muito relevante por ter estimulado também os movimentos contrários às comemorações dos 500 do “descobrimento” no Brasil. A charge começa com o seguinte questionamento: “O que significam os 500 anos para a Europa e para nós?” e nos permite introduzir um conhecimento histórico decolonial, de autoria indígena, em que os povos originários contam a sua versão sobre a chegada dos europeus ao continente.

A página sete do material didático traz a cópia do “Manifesto ao Povo de Goiânia”⁸, datado de 12 de abril de 2000 e assinado pela “Marcha Indígena 2000. Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular”. A cópia deste documento pode ser obtida no site do projeto “As cartas dos povos indígenas ao Brasil” (<https://cartasindigenasaobrasil.com.br/>) e também nos anexos da dissertação de Lucas da Mota (2018). Esse manifesto informava sobre como o povo de Goiânia pode contribuir para a reparação dos 500 anos de opressão, genocídio e etnocídio contra os povos indígenas: buscando conhecer a história dos povos indígenas que viveram em Goiânia; fazendo com que seus filhos também conhecessem essa história; opondo-se à toda forma de discriminação e preconceito contra os povos indígenas e apoiando a luta pela demarcação de terras. Assim, dizia que estariam contribuindo de forma concreta

⁵ FONTE: Dossiê 1 – Os 500 Anos do Brasil. A Comemoração Oficial. Acervo Fernando Henrique Cardoso. <https://exposicoesvirtuais.fundacaofhc.org.br/indigenas/>.

⁶ Fonte: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/a-integra-do-discurso-de-fhc-na-comemoracao-dos-500-anos-241850.html>.

⁷ Cf.

<https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AcervBibI&pesq=500+anos+campanha&hf=armazemmemoria.com.br&pagfis=26543>

⁸ Cf. <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/dos-povos-indigenas-para-o-povo-de-goiania/>

para que o Brasil fosse um país mais justo, mais democrático e mais respeitoso para com os povos originários.

A página oito apresenta um documento intitulado “Marcha Indígena 2000: Os povos indígenas retomam o Brasil”, do “Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular”⁹, datado de 07 de janeiro de 2000. Nesse documento, também encontrado no Armazém Memória, os povos indígenas discorrem sobre os significados da marcha, que estavam muito além de uma contraposição às comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, simbolizando também a resistência indígena, a luta pela garantia dos seus direitos historicamente negados, especialmente de demarcação de territórios. O texto enfatizava que a marcha era um movimento simbólico de retomada do Brasil pelos indígenas.

Na página 9, o último texto intitulado “Documento final da Conferência dos povos e organizações indígenas do Brasil”¹⁰ foi produzido em Coroa Vermelha (Bahia) no dia 21 de abril de 2000. Este documento foi encontrado também nos arquivos do Armazém Memória. Trata-se de documento oficial da Marcha que informava sobre a aliança entre os movimentos indígenas, negro e popular, além das exigências e propostas oferecidas por eles ao governo. A exigência mais importante era o cumprimento de todos os seus direitos contidos na Constituição Federal, uma vez que só o cumprimento dessa exigência levaria ao cumprimento de todas as outras, principalmente no que tange à demarcação de terras indígenas, reconhecimento e respeito às suas culturas.

Por último, o material didático apresentava orientação sobre como redigir um cartaz de protesto, incentivando os estudantes a usar toda a sua criatividade nessa Tarefa. Esse texto incorporava também três imagens fotográficas de cartazes de protesto em manifestações indígenas e antirracistas mais recentes¹¹. Assim dizia:

SAIBAM COMO REDIGIR UM CARTAZ DE PROTESTO

⁹ Cf. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35098>.

¹⁰ Cf. <http://www.proyanomami.org.br/frame1/conferencia.htm#2>.

¹¹ Fontes das imagens: 1. <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/03/18/interna-brasil.475956/em-brasilia-indios-pataxos-protestam-por-demarcacoes-de-terras-indige.shtml>; 2. <https://catracalivre.com.br/entretenimento/11-cartazes-dos-protestos-pela-educacao-para-tatuagem-no-coccix/>; 3. <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/comunidades-academicas-da-uFSM-e-da-uFOP-protestam-contraracismo-nas-universidades1>; 4. <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/senado-aprova-pl-que-tipifica-crime-de-injuria-racial-em-local-publico>.

Em passeatas de movimentos sociais ou manifestações em prol de uma causa é muito comum o uso de cartazes como formas de expressão. Eles permitem uma criatividade imensa, podendo ser usados em praticamente qualquer cenário. Além de desempenhar um papel importante, ajudando a comunicar de maneira eficaz uma mensagem para uma multidão, seus custos de produção são econômicos. Geralmente, as mensagens veiculadas em cartazes de protesto são curtas, objetivas e provocativas, dadas por meio de palavras de ordem, frases de efeito, avisos, recomendações ou verbos no imperativo. É muito importante que o cartaz de protesto tenha uma mensagem visível e atraente. Isso inclui uma boa seleção de cores, materiais e conteúdos, bem como a garantia de que o cartaz poderá ser lido facilmente à distância. É crucial que o pensamento seja colocado em seu conteúdo. Para realmente chamar atenção da sociedade os cartazes de protesto precisam ser criativos, atraentes e inteligentes, então planejem muito bem as palavras, desenhos, imagens ou frases de efeito que irão utilizar nestes cartazes. Primeiro, pensem no que querem mesmo dizer e em todas as informações importantes que têm que estar no cartaz. Depois, façam um esboço do cartaz em uma folha de papel comum. Para acertar na confecção do cartaz e não errar demais, façam um esboço a lápis do cartaz no papel escolhido para ele. Por último, pintem o cartaz. Façam um bom trabalho para colaborar com os objetivos da Marcha Indígena 2000. Sejam criativos! Mãos à obra! (Material didático intitulado “Marcha Indígena 2000”, produção coletiva no Laboratório de Ensino de História da UnB, 1º./2022).

Aplicação da Oficina em sala de aula

A Oficina teve início com uma sondagem do conhecimento prévio dos estudantes sobre protestos, manifestações e os temas da “Marcha Indígena 2000” e do “descobrimento” do Brasil, através das seguintes perguntas: 1. Vocês já participaram de alguma manifestação de protesto? Que tipo de manifestação vocês já presenciaram ou participaram? Como as pessoas se manifestavam quando iam às ruas? Vocês acham o uso de cartazes eficiente para passar alguma mensagem? Como deve ser um bom cartaz de protesto?; 2. Vocês já ouviram falar das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, na data de 22 de abril do ano de 2000? Vocês sabiam que os povos indígenas realizaram um grande ato de protesto contra essas comemorações?; 3. Vocês conhecem o ponto de vista dos povos indígenas sobre a data de 22 de abril de 1500? Será que para eles esta data representa descobrimento ou invasão do Brasil? Nessa primeira etapa, registramos as respostas dos estudantes para retomada em um debate ao final da Oficina.

A segunda etapa da Oficina consistiu na aplicação da *WebQuest*, uma atividade investigativa e ativa na produção de conhecimentos por parte dos alunos em sala de aula. Organizamos a turma em grupos de 4 e 5 alunos para que pudessem juntos fazer a leitura do material didático e realizar a tarefa proposta. Assim, fizemos a distribuição do material didático impresso. Cada estudante recebeu uma cópia deste material. Em seguida fizemos a leitura coletiva e em voz alta da *WebQuest* com toda a turma, apresentando e explicando a Introdução e a Tarefa do material didático. Após a leitura da *WebQuest* com a turma, nossa equipe apresentou também o dossiê contendo fragmentos de narrativas e documentos indígenas sobre a temática. Além disso, fizemos uma breve explanação oral para introduzir o assunto, situando-os no tempo e espaço dos contextos históricos que seriam abordados por esse material didático.

Findada a explanação oral inicial, realizada por nossa equipe em sala de aula, orientamos os estudantes a fazerem a leitura individual e silenciosa do material didático. Durante o processo de leitura, estávamos sempre disponíveis e atentos, sanando todas as dúvidas que foram surgindo, atendendo as demandas que foram surgindo em cada grupo, separadamente. Em seguida, os estudantes passaram para a produção dos cartazes de protesto, num exercício de empatia histórica que os colocava como participantes e apoiadores da “Marcha indígena 2000” junto aos povos indígenas. Disponibilizamos aos estudantes todos os recursos didáticos necessários para a produção da atividade que estávamos propondo, como cartolinas brancas, pincéis atômicos coloridos, giz de cera, régua e lápis de cor. Além disso, demos toda a assistência necessária para que pudessem confeccionar esses cartazes. O material didático também continha orientações de como produzir um bom cartaz de protesto, além de exemplos, com fotografias de alguns cartazes de protestos em manifestações recentes.

Ao término da Tarefa, a nossa equipe fotografou todos os cartazes produzidos pela turma, para registro e posterior avaliação e análise das aprendizagens obtidas na Oficina. Com os cartazes prontos, fixados na parede e fotografados, nossa equipe apresentou oralmente o desfecho das comemorações oficiais dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil. Narramos os acontecimentos no dia 22 de abril em Porto Seguro na Bahia, conduzindo, também, um debate sobre a pluralidade dos modos de

interpretação do passado, e sobre a importância da memória e da história no fortalecimento das identidades e direitos indígenas no tempo presente.

Na última etapa da Oficina, resgatamos os conhecimentos prévios apresentados pelos alunos, e debatemos com eles sobre as diferentes concepções acerca da temática antes e depois da aplicação da Oficina. Questionamos a turma também sobre as atividades propostas, o que eles acharam da atividade e o que haviam aprendido. Por fim, agradecemos pelo apoio e colaboração da turma e encerramos a Oficina.

Cartazes de Protesto em sala de aula: empatia histórica e aprendizagens

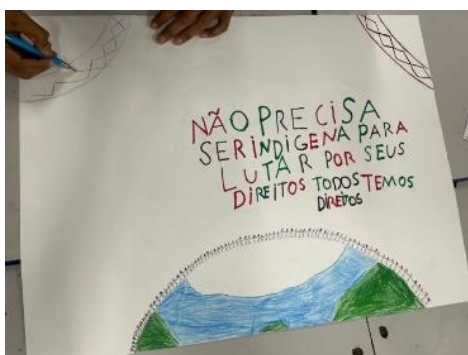
Conforme dito anteriormente, a Oficina que aplicamos foi feita com base na metodologia *WebQuest*, que proporciona um aprendizado mais autônomo aos estudantes por meio de uma Tarefa envolvendo leitura de fontes. Para isso, propomos a eles uma atividade de produção de cartazes de protesto com o tema da “Marcha Indígena 2000”. Era necessário que os estudantes se colocassem no lugar de participantes e apoiadores desse marcha, fazendo uso da empatia histórica.

Após a leitura do material didático, os estudantes começaram a confeccionar os cartazes, cada grupo deveria produzir um cartaz de protesto. Durante toda a atividade nossa equipe monitorou e auxiliou os estudantes, tirando suas dúvidas. Foi um momento particularmente muito interessante ver essa dinâmica acontecendo em sala de aula, ver o entrosamento dos alunos, vê-los expressar seus pensamentos, opiniões, ao discutirem entre si as frases, cores e desenhos que deviam constar nos cartazes.

Para a atividade, dividimos a turma em cinco grupos de quatro ou cinco pessoas. No final, obtivemos a confecção de cinco cartazes, um por grupo. A atividade durou duas aulas de cinquenta minutos cada. Foi muito proveitoso ter esse encontro com os alunos, até porque eles revelaram durante aula um grande interesse e participação. Um aluno até chegou a compartilhar conosco e com a turma que possuía uma tia que é indígena, o que demonstra o potencial dessa atividade na valorização e reconhecimento das identidades indígenas entre os próprios alunos. Segue abaixo as imagens fotográficas e as análises que fizemos dos cartazes produzidos pelos alunos.

Nesse cartaz (IMAGEM 3) o grupo optou por fazer algo bem colorido e chamativo para que o cartaz pudesse ser visualizado de longe, para que chamasse atenção e alcançasse seu objetivo nos protestos da Marcha Indígena 2000. Mais para o lado direito do cartaz podemos ler a seguinte frase: “Não precisa ser indígena para lutar por seus direitos, todos temos direitos”. Centralizado na parte inferior do cartaz, temos uma parte do planeta terra com muitas pessoas formando um meio círculo acima e em volta do planeta, todos de mãos dadas, representando a união do ser humano. Nas laterais superiores eles fizeram alguns detalhes representando pinturas indígenas.

IMAGEM 3 – 1º Cartaz de Protesto



Fonte: Fotografia tirada pela equipe que aplicou a Oficina na escola.

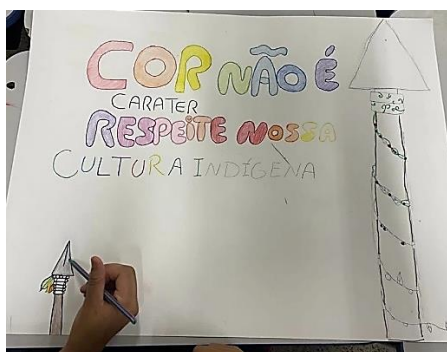
Ao analisar o referido cartaz é possível perceber que a Oficina obteve sucesso no que tange ao seu objetivo de ensinar a empatia histórica dos alunos com as causas indígenas. Eles entenderam que não é preciso ser uma pessoa indígena para ajudar na luta e defesa dos direitos indígenas. Compreendemos que os argumentos usados pelos povos originários na Marcha Indígena 2000 fizeram sentido para os estudantes, que ao longo de toda a Oficina se mostraram compreensivos, empáticos, e até mesmo chateados diante de tantas injustiças políticas e sociais para com os indígenas ao longo do tempo no Brasil. Além disso, como mostra a frase “todos temos direitos” e o desenho, das pessoas de mãos dadas em volta do planeta terra, analisamos que os estudantes focaram no sentimento de justiça e de união de todas as culturas. Esse posicionamento, é muito importante para o amadurecimento de suas ideias e concepções sobre direitos.

Podemos ainda notar no cartaz certa influência da charge “Que significam os 500 anos para a Europa e para nós?”, contida na página quatro do material didático. Ela

produziu um efeito de reflexão nos alunos já esperado por nós, tendo em vista que é uma charge didática, com um conteúdo bastante forte e crítico, em tom de denúncia de violências e injustiças, contendo reivindicação de direitos humanos.

O segundo cartaz (IMAGEM 4) produzido na Oficina também foi feito com letras grandes e coloridas, de modo que chamassem a atenção do leitor. Aqui, compreendemos que a orientação sobre como redigir um cartaz de protesto ao final do material didático foi bastante proveitosa para os estudantes. Já na parte superior (central) do cartaz encontramos a seguinte frase: “Cor não é caráter, respeite nossa cultura indígena”. Na lateral direita, podemos visualizar o desenho de uma grande lança indígena com detalhes, ao passo que na lateral esquerda inferior encontra-se outra lança em tamanho menor. A flecha como um instrumento indígena pode simbolizar suas lutas e resistências.

IMAGEM 4 – 2º Cartaz de Protesto



Fonte: Fotografia tirada pela equipe que aplicou a Oficina na escola.

Nesse segundo cartaz, os estudantes se posicionaram exigindo respeito à cultura indígena como se eles mesmos fossem indígenas, ao dizer “respeite nossa cultura indígena”. Também foram empáticos com a causa indígena e críticos com o racismo presente nas histórias de violência, injustiças e dominação dos povos indígenas no Brasil, quando escrevem que “cor não é caráter”, o que indica uma aprendizagem muito significativa sobre as questões raciais. Aqui é possível analisar e visualizar aspectos das fontes contidas na página três do material didático fornecido aos estudantes na Oficina. Essa percepção se dá principalmente no trecho do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, que rende elogios aos “brancos europeus, de fala portuguesa e fé em Cristo”. A atitude de agradecer aos brancos europeus de fala portuguesa por sua

chegada ao Brasil é no mínimo contraditória, tendo em vista todas as mazelas que chegaram junto com eles para os povos indígenas. Por isso, os estudantes parecem ter afirmado que cor não é caráter e exigem respeito à cultura indígena.

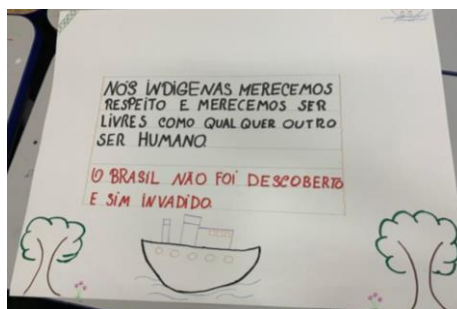
IMAGEM 5 – 3º Cartaz de Protesto



Fonte: Fotografia tirada pela equipe que aplicou a Oficina na escola.

Também com letras grandes e coloridas, os estudantes que produziram o terceiro cartaz de protesto (IMAGEM 5) escreveram: “Terra indígena já tem dono!”, uma frase bastante significativa. Com isso, os estudantes parecem ter compreendido um aspecto central da luta indígena desde a chegada dos colonizadores portugueses, o direito indígena a terra. O material didático sinalizava para essa concepção ao trazer as memórias indígenas sobre a conquista e colonização portuguesa ao Brasil que enfatizavam que o Brasil já era ocupado em 1500 e que aqui já havia muitos povos e culturas com suas próprias dinâmicas internas e externas, e que por isso mesmo os indígenas são os donos legítimos das terras que ocupam. Ainda hoje os povos originários lutam pelo seu direito ancestral a terra, portanto, essa compreensão é fundamental para a conquista e fortalecimento dos direitos indígenas no presente.

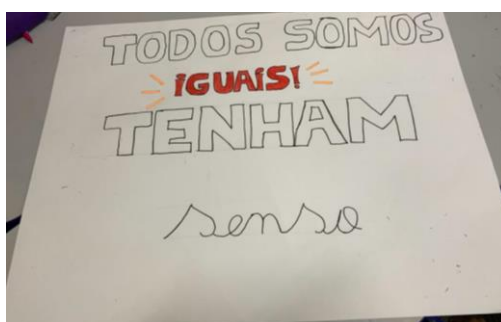
IMAGEM 6 – 4º Cartaz de Protesto



Fonte: Fotografia tirada pela equipe que aplicou a Oficina na escola.

No quarto cartaz (IMAGEM 6) aqui analisado podemos visualizar a seguinte frase: “Nós indígenas merecemos respeito e merecemos ser livres como qualquer outro ser humano. O Brasil não foi descoberto e sim invadido”. Essas frases foram escritas em letras maiúsculas, em tamanho grande e cores preto e vermelho. Na parte inferior do cartaz, os estudantes desenharam duas árvores e entre elas uma embarcação chegando em terra firme, representando a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500. Na lateral superior direita os alunos desenharam uma outra embarcação menor e na lateral esquerda fizeram um desenho de modo a representar pinturas indígenas. Esse cartaz revela também a identificação dos alunos com os indígenas, ao usar o termo “nós”, embora a atividade de empatia proposta, não colocasse exatamente no lugar dos povos indígenas, mas de estudantes apoiadores da Marcha. Esse cartaz revela aprendizagens históricas importantes do ponto de vista indígena, ao assumir a conquista e colonização como “invasão” de seus territórios. É nessa perspectiva histórica que os indígenas denunciam a violência e apropriação de suas terras desde 1500, cobrando ainda hoje seus direitos previstos na Constituição Federal. A frase “O Brasil não foi descoberto e sim invadido” nos mostra ainda que os alunos compreenderam a perspectiva da “Marcha Indígena 2000” e seu questionamento sobre a ideia de “descobrimento” do Brasil. Além disso, as denúncias sobre a exclusão, a falta de respeito e de liberdade dos povos indígenas no Brasil desde 1500, presentes no material didático, aparecem na afirmação de que os indígenas merecem ser respeitados e livres como qualquer outro ser humano.

IMAGEM 7 – 5º Cartaz de Protesto



Fonte: Fotografia tirada pela equipe que aplicou a Oficina na escola

O quinto e último cartaz (IMAGEM 7) a ser analisado neste trabalho traz uma afirmação de que “Todos somos iguais. Tenham senso”, uma frase que chama atenção

para a igualdade como uma percepção sensata e prudente. Trata-se de uma aprendizagem fundamental para uma educação das relações étnico-raciais baseada no respeito. Importante dizer que ao longo da Oficina e mesmo depois da produção dos cartazes, fizemos questão de frisar que os povos indígenas são plurais e que mesmo sendo diferentes de nós “não-índios” merecem todo nosso respeito, compreensão e apoio na luta pela garantia dos seus direitos previstos na Constituição Federal.

Conclusões

Ao analisar os cartazes produzidos pelos estudantes que participaram da Oficina na escola, atentamos para a importância do tratamento de um tema tão importante e sensível para os povos indígenas no Brasil, como a igualdade de direitos e seu protagonismo nas lutas e resistências diante de tantas injustiças, violências e exclusões introduzidas desde 1500 com a colonização portuguesa. Durante a Oficina foi notório o envolvimento e participação dos estudantes nos debates, na leitura do material didático e no trabalho em grupo de produção dos cartazes. Ao serem convocados a um exercício de empatia com a “Marcha indígena 2000” diante das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, os estudantes tiveram a oportunidade de aprender com as narrativas indígenas sobre a conquista e colonização portuguesa do Brasil, reconhecendo na memória histórica indígena aspectos importantes de suas lutas e resistências ainda no tempo presente em prol do direito à terra, ao respeito e à igualdade social. Em sala de aula, a Marcha, no ano de 2000, funcionou como um tema/acontecimento potente não só por denunciar a situação dos indígenas no Brasil desde 1500, revelando o seu protagonismo e resistência ao longo dos chamados “500 anos” de história, mas também a atuação dos indígenas como sujeitos de saberes e direitos fundamentais que encontram na memória histórica o fundamento de suas demandas e identidades no tempo presente.

O tema da “Marcha indígena 2000”, a partir de fontes indígenas, deu uma abertura para o desenvolvimento de aprendizagens históricas mais atentas às demandas dos povos indígenas ainda no tempo presente. A atividade de empatia histórica envolvendo a produção de cartazes de protestos tem o potencial de despertar nos estudantes o seu protagonismo também nas lutas por direitos sociais, ao colocá-los no

lugar de pessoas que exercem o direito também de se manifestar, denunciar e exigir mudanças perante a sociedade. A Oficina funcionou ainda como momento de crítica e questionamento da perspectiva eurocêntrica e racista que ainda se perpetua sobre os povos indígenas na história do Brasil, colaborando na implementação da Lei 11.645/2008 na escola, a partir de uma perspectiva decolonial, pautada no respeito e reconhecimentos dos saberes indígenas sobre a história.

A Oficina nos proporcionou ainda uma experiência inovadora e bastante rica em termos de aprendizagens sobre (e para) a docência. Foi uma experiência completa que levaremos para a vida, tanto para nossa equipe como para os estudantes que acolheram muito bem esse projeto e souberam desfrutar dele na escola. Assim, a Oficina “Marcha Indígena 2000” contribuiu de forma significativa para a minha experiência como futura docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, M. Circe F. História das populações indígenas na escola: memória e esquecimento. In: PEREIRA, Amílcar A; MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

BRINGMANN, S. F.; GOTTERT, M. E. dos S. O Ensino de história indígena através de narrativas indígenas: reflexões a partir da interculturalidade crítica e da decolonialidade. *Revista Sobre Tudo*, v. 12, n. 1, 2021, p. 55-89.

CARIE, Nayara Silva de; LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. Da história dos índios às histórias indígenas: descolonizando o ensino de história. *Educação*, [S. l.], v. 43, n. 4, p. 773-790, 2018.

GRINBERG, Keila; ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Detetives do Passado no mundo do futuro: divulgação científica, ensino de história e internet. *Revista História Hoje*, v. 1, p. 315-326, 2012.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. "História e culturas indígenas" – alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígena estamos falando? *Revista História & Perspectivas*, [S. l.], v. 28, n. 53, 2016.

FARIAS, Lucas da Mota. *Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000)*. 2018. 193 f., il. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LEE, Peter. Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, I. (Org.). *Educação histórica e museus*. Braga: CIED, Universidade do Minho, 2003, p. 19-36.

OLIVEIRA, Kátia Luzia Soares. *Ensino de história indígena: saberes docentes nos portais educacionais da web (2011-2019)*. 254 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que é uma educação decolonial. *Nuevamérica* (Buenos Aires), v. 149, p. 35-39, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues. História indígena: saberes discentes, práticas escolares e formação docente no Distrito Federal. *Historia & Perspectivas* (UFU), v. 53, p. 211-238, 2015.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. *Arquivos Analíticos de Políticas educativas*, 26 (83), 2018.

SILVA, Edson. A invenção dos índios nas narrativas sobre o Brasil. In: ANDRANDE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da (Orgs.). *O Ensino da Temática Indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas*. Recife: edições Rascunhos, 2017.

FREIRE, J.R. Bessa. Cinco idéias equivocadas sobre o índio. In *Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)*. Nº 01 – Setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas.

STERN, Steve J. —Paradigmas da conquista, história, historiografia e política. In: Heraclio Bonilla (org.) Os conquistados: 1492 e a população indígena das Américas.(trad.port.) São Paulo: Hucitec, 2006.

COSTA, Suzane Lima; KARIRI, Rafael Xucuru. “Autoria indígena em quinze anos de cartas.” *Trabalhos em Linguística Aplicada* 57, n°. 3 (2018): 1364-76.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014.